

EDITAL
REVISTA DIREITO DO ESTADO EM DEBATE
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

REGULAMENTO

TÍTULO I – DA REVISTA

1. A revista “Direito do Estado em Debate” é uma publicação da Procuradoria Geral do Estado do Paraná, com periodicidade anual, em meio impresso e eletrônico, de artigos, pareceres, jurisprudência comentada e verbetes, cujo conteúdo contempla assuntos de interesse de pesquisadores nacionais e internacionais relacionados, principalmente, à temática que circunscreve o direito do estado em toda sua amplitude, nas seguintes áreas:

- * Direito Administrativo
- * Direito Ambiental
- * Direito Civil e Processo Civil
- * Direito Comercial
- * Direito Constitucional
- * Direito Econômico
- * Direito do Estado
- * Direito Financeiro
- * Direito Internacional Público
- * Direito Internacional Privado
- * Direito Penal e Processo Penal
- * Direito Previdenciário
- * Direito do Trabalho e Processo do Trabalho
- * Direito Tributário
- * Filosofia e Teoria Geral do Direito

2. A submissão dos trabalhos será contínua, podendo eles ser de autoria individual ou coletiva, e de preferência inéditos no Brasil.

3. É permitida a reimpressão, total ou parcial dos trabalhos, para aplicações educacionais e não comerciais, condicionada, especialmente, à indicação do autor do trabalho e da Revista, impressa ou *online*, de onde o texto foi retirado.

4. O envio do texto indica que os autores expressam acordo e aceitação em relação às normas do presente edital e implica a autorização expressa para publicação.

5. Os autores não serão remunerados pela publicação dos artigos. O recebimento e a aprovação dos textos não implica a obrigatoriedade de publicação. Os textos recebidos serão avaliados pelos membros do Conselho Editorial.

TÍTULO II – DAS INSCRIÇÕES

6. A entrega dos trabalhos concorrentes ao terceiro número deverá ser realizada até o dia trinta e um de março de dois mil e doze (31/03/2012), mediante envio ao seguinte endereço eletrônico: comissaoeditorial@pge.pr.gov.br

7. A Comissão Editorial da Revista, responsável pela organização e publicação do periódico, encaminhará os artigos, as jurisprudências comentadas e os verbetes ao Conselho Editorial, responsável pela avaliação, sem qualquer identificação de autoria. Os pareceres a serem publicados serão selecionados pelo Procurador Geral do Estado do Paraná dentre os elaborados por Procuradores do Estado do Paraná.

8. Os trabalhos deverão seguir as normas estabelecidas no anexo do presente edital. Não serão devolvidos aos autores os trabalhos submetidos à apreciação.

9. Os conceitos e opiniões contidos nos artigos, nas jurisprudências comentadas, nos verbetes e nos pareceres serão de inteira responsabilidade dos seus autores, eximindo-se a Procuradoria Geral do Estado do Paraná, os membros da Comissão Editorial e do Conselho Editorial de qualquer responsabilidade sobre o conteúdo desses trabalhos.

TÍTULO III – DO CONSELHO EDITORIAL

10. A avaliação dos artigos e da jurisprudência comentada será realizada pelo Conselho Editorial.

11. Os critérios utilizados para avaliação serão definidos por cada membro do

Conselho Editorial e não caberá recurso da avaliação atribuída pela banca avaliadora.

12. Os textos devem ser redigidos em português, espanhol, inglês, italiano, alemão ou francês. Os trabalhos não redigidos em português devem ser encaminhados com a respectiva tradução ao vernáculo, a cargo do respectivo autor, sob pena de não apreciação pelo Conselho Editorial.

13. O Conselho Editorial reserva-se o direito de não apreciar os trabalhos que não observem os parâmetros estabelecidos no anexo, ou cuja temática não seja pertinente aos objetivos da Revista.

14. Os trabalhos serão submetidos à apreciação do Conselho Editorial da Revista que avaliará o material encaminhado. A decisão será comunicada, via e-mail, aos autores, indicando: a) aprovação; b) aprovação com ressalvas para adequação; e c) não aprovação.

15. Os artigos serão examinados pelos membros do Conselho Editorial pelo sistema de pares e *double blind peer review*.

16. Os critérios, as opiniões e as razões fundantes da avaliação dos trabalhos, externadas pelo Conselho Editorial, serão mantidos em rigoroso sigilo, exceto na hipótese de aprovação com ressalvas para adequação, previsto no item 14. b.

17. Eventuais omissões do presente edital serão resolvidas pela Comissão Editorial.

Curitiba, 08 de fevereiro de 2012.

Luyza Marks de Almeida

Presidente da Comissão Editorial da Revista

Luiz Henrique Sormani Barbugiani

Procurador-Chefe da Coordenadoria de Estudos
Jurídicos da Procuradoria Geral do Estado do
Paraná

ANEXO

Artigo

1. O trabalho deve ser encaminhado, de forma editável, nas extensões .doc, .odf ou programa compatível de editoração.
2. Na primeira página, antes do início do trabalho deve constar:
 - a) o título e subtítulo (se houver) em português expressando o conteúdo principal do artigo de forma objetiva e clara;
 - b) nome completo do autor, titulação acadêmica, vínculo institucional, cidade e país, os quais não poderão constar no corpo do trabalho. Esta página deve ser o único local onde a autoria aparece;
 - c) resumo constituído de uma sequência de frases concisas e objetivas, não se configurando em mera enumeração de tópicos e, ainda, não deve ultrapassar 250 palavras;
 - d) palavras-chave representativas do conteúdo do trabalho que devem estar dispostas logo após o resumo, antecedidas da expressão “palavras-chave”, separadas entre si por ponto e vírgula e finalizadas por ponto final;
 - e) é responsabilidade dos autores verificar se não existem elementos capazes de identificá-los. A folha de rosto não será encaminhada aos membros do Conselho Editorial.
3. Os originais devem conter no mínimo 15 (quinze) páginas e não devem exceder 30 (trinta) páginas.
4. Na formatação dos originais deve ser utilizada a fonte “Times New Roman”, tamanho 12, estilo normal. Espaçamento duplo e alinhamento justificado. Parágrafos iniciados a 1,25 da margem esquerda e margens, superior e esquerda 3cm, inferior e direito 2 cm.
5. As citações diretas que ultrapassem 3 (três) linhas devem iniciar na margem do parágrafo distinto, sem recuo, com fonte “Times New Roman” 10, espaçamento simples e terminar na margem direita. As aspas devem ser suprimidas e deve-se deixar uma linha em branco antes e depois da citação.
6. As referências bibliográficas devem ser apresentadas no final do trabalho, em seção específica de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Parecer

1. O trabalho deve ser encaminhado, de forma editável, nas extensões .doc, .odf ou programa compatível de editoração.

2.Na primeira página, antes do início do trabalho deve constar:

a)o título e subtítulo (se houver) em português, expressando o conteúdo principal do parecer de forma objetiva e clara;

b)nome completo do autor, titulação acadêmica e vínculo institucional, cidade e país, os quais não poderão constar no corpo do trabalho. Esta página deve ser o único local onde a autoria aparece;

c)ementa em português, constituída de frase concisa e objetiva, não se configurando em mera enumeração de tópicos e, ainda, não deve ultrapassar 50 palavras;

3.Os originais devem conter no mínimo 5 (cinco) páginas e não devem exceder 20 (vinte) páginas.

4.Na formatação dos originais deve ser utilizada a fonte “Times New Roman”, tamanho 12, estilo normal. Espaçamento duplo e alinhamento justificado. Parágrafos iniciados a 1,25 da margem esquerda e margens, superior e esquerda 3cm, inferior e direito 2 cm.

5.As citações diretas que ultrapassem 3 (três) linhas devem iniciar na margem do parágrafo distinto, sem recuo, com fonte “Times New Roman” 10, espaçamento simples e terminar na margem direita. As aspas devem ser suprimidas e deve-se deixar uma linha em branco antes e depois da citação.

Jurisprudência Comentada

1. Serão objeto de análise e comentário acórdãos de Tribunais a respeito de questões em que o Estado do Paraná figura como parte e que tratem de aspectos de interesse da administração pública.

1.1. O trabalho deve ser encaminhado, de forma editável, nas extensões .doc, .odf ou programa compatível de editoração.

2.Na primeira página, antes do início do trabalho deve constar:

a)o título e subtítulo (se houver) em português, expressando o conteúdo principal do parecer de forma objetiva e clara;

b)nome completo do autor, titulação acadêmica e vínculo institucional, cidade e país, os quais não poderão constar no corpo do trabalho. Esta página deve ser o único local onde a autoria aparece;

c)ementa em português, constituída de frase concisa e objetiva, não se configurando em mera enumeração de tópicos e, ainda, não deve ultrapassar 50 palavras;

d)é responsabilidade dos autores verificar se não existem elementos capazes de identificá-los. A folha de rosto não será encaminhada aos membros do Conselho Editorial.

3.Os originais devem conter no mínimo 5 (cinco) páginas e não devem exceder 10 (dez) páginas.

4.Na formatação dos originais deve ser utilizada a fonte “Times New Roman”, tamanho 12, estilo normal. Espaçamento duplo e alinhamento justificado. Parágrafos iniciados a 1,25 da margem esquerda e margens, superior e esquerda 3cm, inferior e direito 2 cm.

5.As citações diretas que ultrapassem 3 (três) linhas devem iniciar na margem do parágrafo distinto, sem recuo, com fonte “Times New Roman” 10, espaçamento simples e terminar na margem direita. As aspas devem ser suprimidas e deve-se deixar uma linha em branco antes e depois da citação.

Verbetes

1.A Revista apresenta a possibilidade de envio de verbetes, os quais deverão estar vinculados às temáticas que circunscrevem o direito de estado, conforme exposto na abertura do presente Edital. A proposta de inserção dos verbetes na Revista visa atender a uma crescente demanda por conhecimentos relacionados ao direito do estado por um público não especializado e, por essa razão, sua natureza é didática, sendo constituída por definições, explicações e notas que possibilitem ao leitor um futuro aprofundamento no tema.

1.1. O trabalho deve ser encaminhado, de forma editável, nas extensões .doc, .odf ou programa compatível de editoração.

2. Caso a proposta de verbete encaminhada à Revista pelo autor seja aprovada pelo Conselho Editorial e a mesma caracterize-se como segunda versão de verbete já publicado anteriormente, o mesmo conterà a inscrição: “2a. versão”.

3.O verbete deve conter no máximo 03 (três) páginas.

4.Na primeira página, antes do início do trabalho devem constar:

a) a chamada ou entrada do verbete em português;

b)nome completo do(s) autor(es), titulação acadêmica, vínculo institucional, cidade e país, os quais não poderão constar no corpo do trabalho. Esta página deve ser o único local onde a autoria aparece;

c)é responsabilidade dos autores verificar se não existem elementos capazes de identificá-los. A folha de rosto não será encaminhada aos membros do Conselho Editorial.

5.O verbete deverá conter:

a)a chamada ou entrada, a qual expresse a proposta do autor em relação ao conteúdo exposto em português. Por exemplo: “fato do príncipe”;

b)na formatação dos originais deve ser utilizada a fonte “Times New Roman”, tamanho 12, estilo normal. Espaçamento duplo e alinhamento justificado.

Parágrafos iniciados a 1,25 da margem esquerda e margens, superior e esquerda 3cm, inferior e direito 2 cm

c) as citações diretas que ultrapassem 3 (três) linhas devem iniciar na margem do parágrafo distinto, sem recuo, com fonte "Times New Roman" 10, espaçamento simples e terminar na margem direita. As aspas devem ser suprimidas e deve-se deixar uma linha em branco antes e depois da citação;

d) as referências bibliográficas devem ser apresentadas no final do trabalho, em seção específica de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).